

Caderno de Provas

CPOP 16 - NS

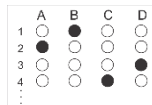
**ANALISTA ADMINISTRATIVO –
SERVIÇO SOCIAL**

**Edital Nº. 001/2019 – Prefeituras Municipais
de Apodi/RN e Itaú/RN**

09 de junho de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Os pontos cegos de nosso cérebro e o risco eterno de acidentes

Luciano Melo

O motorista aguarda o momento seguro para conduzir seu carro e atravessar o cruzamento. Olha para os lados que atravessará e, estático, aguarda que outros veículos deixem livre o caminho pela via transversal à sua frente. Enquanto espera, olha de um lado a outro a vigiar a pista quase livre. Finalmente não avista mais nenhum veículo que poderá atrapalhar seu planejado movimento. É hora de dirigir, mas, no meio da travessia, ele é surpreendido por uma grave colisão. Uma motocicleta atinge a traseira de seu veículo.

Eu tomo a defesa do motorista: ele não viu a moto se aproximar. Presumo que vários dos leitores já passaram por situação semelhante, mas, caso você seja exceção e acredite que enxergaria a motocicleta, eu o convido a assistir a um vídeo que existe sobre isso. O filme prova quão difícil é perceber objetos que de repente somem ou aparecem em uma cena.

Nossa condição humana está casada com uma inabilidade de perceber certas mudanças. Claro que notamos muitas alterações à nossa volta, especialmente se olharmos para o ponto alvo da modificação no momento em que ela ocorrerá. Assim, se olharmos fixamente para uma janela cheia de vasos de flores, poderemos assistir à queda de um deles. Mas, se desviarmos brevemente nossos olhos da janela, justamente no momento do tombo, é possível que nem notemos a falta do enfeite. O fenômeno se chama cegueira para mudança: nossa incapacidade de visualizar variações do ambiente entre uma olhada e outra.

No mundo real, mudanças são geralmente antecedidas por uma série de movimentos. Se esses movimentos superam um limiar atrativo, vão capturar nossa atenção que focará na alteração considerada dominante. Por sua vez, modificações que não ultrapassam o limiar não provocarão divergência da atenção e serão ignoradas.

Quando abrimos nossos olhos, ficamos com a impressão de termos visão nítida, rica e bem detalhada do mundo que se estende por todo nosso campo visual. A consciência de nossa percepção não é limitada, mas nossa atenção e nossa memória de curtíssimo prazo são. Não somos capazes de memorizar tudo instantaneamente à nossa volta e nem podemos nos ater a tudo que nos cerca. Nossa introspecção da grandiosidade de nossa experiência visual confronta com nossas limitações perceptivas práticas e cria uma vivência rica, porém efêmera e sujeita a erros de interpretações. Dimensiona um gradiente entre o que é real e o que se presume, algo que favorece os acidentes de trânsito.

Podemos interpretar que o acidente do exemplo do início do texto se deu porque o motorista convergiu sua atenção às partes centrais da pista, por onde os carros preferencialmente circulam sob velocidade mais ou menos previsível. Assim que o último carro passou, ficou fácil pressupor que o centro da pista permaneceria vazio por um intervalo de tempo seguro para a travessia. As laterais da pista, locais em que motocicletas geralmente trafegam, não tiveram a atenção merecida, e a velocidade da moto não estava no padrão esperado.

O mundo aqui fora é um caos repleto de acontecimentos, e nossos cérebros têm que coletar e reter alguns deles para que possamos compreendê-lo e, assim, agirmos em busca da nossa sobrevivência. Mas essas informações são salpicadas, incompletas e mutáveis. Traçar uma linha que contextualize todos esses dados não é simples. Eventualmente, esse jogo mental de ligar pontinhos cria armadilha para nós mesmos, pois por vezes um ponto que deveria ser descartado é inserido em uma lógica apenas por ser chamativo. E outro, ao contrário, deveria ser considerado, mas é menosprezado, pois à primeira vista não atendeu a um pressuposto.

Essas interpretações podem provocar outras tragédias além de acidentes de carro.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2019. (texto adaptado)

01. É propósito principal do texto tematizar

- A) as limitações de percepção dos motoristas.
- B) a displicência dos motoristas no trânsito.
- C) as limitações de percepção do ser humano.
- D) a displicência do ser humano em relação à vida.

02. Em relação ao primeiro parágrafo, é correto afirmar:

- A) é predominantemente narrativo, e essa característica é evidenciada por uma sequência de ações estabelecida por verbos no presente do indicativo.
- B) é predominantemente narrativo, e essa característica é evidenciada por uma sequência de ações estabelecida por verbos no pretérito perfeito.
- C) é predominantemente descritivo, e essa característica é evidenciada pela enumeração de ações simultâneas expressas por verbos no presente do indicativo.
- D) é predominantemente descritivo, e essa característica é evidenciada pela enumeração de ações simultâneas expressas por verbos no pretérito perfeito.

03. A vírgula está indicando trecho com função meramente explicativa em:

- A) “A consciência de nossa percepção não é limitada, mas nossa atenção e nossa memória de curtíssimo prazo são.”
- B) “Se esses movimentos superam um limiar atrativo, vão capturar nossa atenção que focará na alteração considerada dominante.”
- C) “Assim que o último carro passou, ficou fácil pressupor que o centro da pista permaneceria vazio por um intervalo de tempo seguro para a travessia.”
- D) “Dimensiona um gradiente entre o que é real e o que se presume, algo que favorece os acidentes de trânsito.”

04. Há elemento coesivo que pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido da informação veiculada no texto, por **mas** em:

- A) “Eventualmente, esse jogo mental de ligar pontinhos cria armadilha para nós mesmos, pois por vezes um ponto que deveria ser descartado é inserido em uma lógica apenas por ser chamativo.”
- B) “Nossa introspecção da grandiosidade de nossa experiência visual confronta com nossas limitações perceptivas práticas e cria uma vivência rica, porém efêmera e sujeita a erros de interpretações.”
- C) “Assim, se olharmos fixamente para uma janela cheia de vasos de flores, poderemos assistir à queda de um deles.”
- D) “As laterais da pista, locais em que motocicletas geralmente trafegam, não tiveram a atenção merecida, e a velocidade da moto não estava no padrão esperado.”

05. Há um pronome que se refere ao leitor do texto em:

- A) “Eu tomo a defesa do motorista: ele não viu a moto se aproximar.”
- B) “[...] e reter alguns deles para que possamos compreendê-lo [...]”
- C) “[...] eu o convido a assistir a um vídeo que existe sobre isso.”
- D) “É hora de dirigir, mas, no meio da travessia, ele é surpreendido por uma grave colisão.”

06. No trecho “[...]poderemos assistir à queda de um deles.”, a ocorrência do acento grave é justificada

- A) pela exigência de artigo do termo regente, que é um verbo, e pela exigência de preposição do termo regido, que é um nome.
- B) pela exigência de preposição do termo regente, que é um nome, e pela exigência de artigo do termo regido, que é um verbo.
- C) pela exigência de artigo do termo regente, que é um nome, e pela exigência de artigo do termo regido, que é um verbo.
- D) pela exigência de preposição do termo regente, que é um verbo, e pela exigência de artigo do termo regido, que é um nome.

07. O gênero discursivo que apresenta a mesma sequência textual dominante no primeiro parágrafo é:

- A) o artigo de opinião.
- B) a resenha.
- C) a notícia.
- D) o requerimento.

08. Considere o trecho:

No mundo real, mudanças são geralmente antecedidas por uma série de movimentos. Se esses movimentos superam um limiar atrativo, vão capturar nossa atenção que focará na alteração considerada dominante. Por sua vez, modificações que não ultrapassam o **limiar** não provocarão divergência da atenção e serão ignoradas.

A expressão que mantém uma relação de antonímia com a palavra em destaque é

- A) limite mínimo.
- B) momento inicial.
- C) momento intermediário.
- D) limite máximo.

09. Considere o período:

Quando abrimos nossos olhos, ficamos com a impressão de termos visão nítida, rica e bem detalhada do mundo **que se estende por todo nosso campo visual**.

Nesse período, os trechos em destaque representam

- A) orações subordinadas em que, no primeiro trecho, tem-se uma função adverbial, e, no segundo, uma função adjetiva.
- B) orações subordinadas em que, no primeiro trecho, tem-se uma função adverbial, e, no segundo, uma função substantiva.
- C) orações coordenadas em que, no primeiro trecho, tem-se uma função adjetiva, e, no segundo, uma função adverbial.
- D) orações coordenadas em que, no primeiro trecho, tem-se uma função adjetiva, e, no segundo, uma função predicativa.

10. Há um **a** empregado com função de preposição em:

- A) “[...] ele não viu a moto se aproximar”.
- B) “[...] olha de um lado a outro a vigiar a pista quase livre”.
- C) “[...] é possível que nem notemos a falta do enfeite”.
- D) “[...] por um intervalo de tempo seguro para a travessia”.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA – NÍVEL SUPERIOR

11. Considere verdadeiras as seguintes afirmativas:

- I – Algumas mulheres gostam de vaquejada.
- II – A pessoa que gosta de vaquejada vai aos parques.

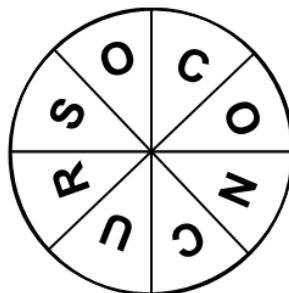
Dadas as afirmativas acima, é correto concluir que:

- A) Todos as mulheres vão aos parques.
- B) Apenas mulheres vão aos parques.
- C) Existem mulheres que não vão aos parques.
- D) Se uma mulher não vai a parque algum, então ela não gosta de vaquejada.

12. Dada a palavra CONSORCIOESTE, a quantidade de anagramas possíveis a partir dessa palavra, é determinado por

- A) $P_{13}^{2,3,2}$
- B) $P_{13}^{3,6}$
- C) $P_{13}^{3,2,2,2}$
- D) P_{13}

13. Um jogo de dardos consiste de um alvo circular dividido em oito partes, onde cada uma delas possui uma letra grafada, conforme apresentado a seguir.



Considere que em dois lançamentos independentes de um dardo um jogador acerta o alvo e que todas as partes do alvo têm a mesma chance de serem acertadas. Sendo assim, a probabilidade de nos dois lançamentos o jogador acertar uma parte com a mesma letra grafada é de

- A) $\frac{5}{32}$
- B) $\frac{1}{64}$
- C) $\frac{3}{16}$
- D) $\frac{1}{16}$

14. Em um concurso público existiam quatro vagas e, exatamente, quatro amigos eram os candidatos a essas vagas: João, Maria, José e Márcia. Para brincarem com seus familiares, fizeram as seguintes afirmações:

- José foi o 2º colocado e Márcia a 3ª colocada;
- José foi o 1º colocado e Maria a 2ª colocada;
- Márcia foi a 4ª colocada e João o 2º colocado.

Se, em cada uma dessas afirmações existe uma informação verdadeira e outra falsa, o candidato que chegou em 4º lugar foi

- A) Márcia.
- B) Maria.
- C) João.
- D) José.

15. Dada a sequência de figuras a seguir:



De acordo com a lógica aplicada na sequência, da esquerda para a direita, a figura adequada a ocupar a próxima posição é

- A)
- B)
- C)
- D)

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ANALISTA ADMINISTRATIVO – SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL SUPERIOR

16. O documento do Conselho Federal de Serviço Social “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” (CFESS, 2010) discute sobre a intervenção do profissional na saúde a partir de quatro eixos de ação. Esses quatro eixos são:
- A) atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.
 - B) socioassistenciais, socioeducativas, mobilização, participação e controle social.
 - C) articulação com a equipe de saúde, seleção socioeconômica dos usuários, ações socioeducativas, planejamento e gestão.
 - D) trabalho interdisciplinar, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, seleção socioeconômica dos usuários.
17. Segundo a lei de regulamentação da profissão de assistente social, Lei no 8.662 de 7 de junho de 1993, se constitui como uma das atribuições privativas do assistente social,
- A) assessorar os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS - sempre que se fizer necessário.
 - B) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população.
 - C) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais.
 - D) coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.
18. A lei de regulamentação da profissão de assistente social, Lei no 8.662 de 7 de junho de 1993, teve uma atualização realizada por meio da Lei No 12.371 de 26 de agosto de 2010. Essa atualização refere-se à inclusão de um artigo que trata sobre
- A) as atribuições profissionais do assistente social.
 - B) as condições ético/técnicas do trabalho do assistente social.
 - C) os deveres do assistente social.
 - D) a duração do trabalho do assistente social.
19. Na década de 1990, contexto de implantação e êxito ideológico do projeto neoliberal, vê-se a existência de dois projetos políticos em disputa na área da saúde, ou seja, o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária. Esses dois projetos requisitam diferentes demandas de trabalho para o assistente social. O projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões:
- A) a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento e ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde.
 - B) assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais.
 - C) democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade, trabalho interdisciplinar, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação popular.
 - D) trabalho interdisciplinar, ênfase nas abordagens grupais e atuação psicossocial por meio de aconselhamento.

20. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei 8.662/93, em seu Art. 2º constitui direito do assistente social,
- A) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.
 - B) ter a inviolabilidade do local de trabalho e dos respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional,
 - C) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
 - D) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
21. O Código de Ética Profissional do Assistente Social quando trata das relações com assistentes sociais e outros profissionais, no Artigo 10, determina que um dos deveres do assistente social é:
- A) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
 - B) ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos nesse Código.
 - C) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
 - D) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
22. No que se refere aos parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde, tem-se, dentre as ações de atendimentos direto aos usuários, as seguintes ações:
- A) socioassistenciais, assessoria, qualificação e mobilização.
 - B) socioeducativas, mobilização, participação e controle social.
 - C) de investigação, planejamento e gestão.
 - D) socioassistenciais, articulação com a equipe de saúde e socioeducativas.
23. Para a realização de seu trabalho com condições adequadas técnica e eticamente, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS -, por meio da Resolução nº 493 de 21 de agosto de 2006, estabelece quais são essas condições. No caso do assistente social, trabalhar em um local onde não disponha dessas condições, o recomendado é que a primeira providência desse profissional seja
- A) informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.
 - B) acionar o CFESS para que intervenha e resolva a questão.
 - C) acionar os órgãos da justiça do trabalho.
 - D) informar por escrito à entidade, à instituição ou ao órgão que trabalha ou presta serviços acerca das inadequações.

24. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) em seu Artigo 4º, estabelece, como um dos princípios da assistência social,
- A) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
 - B) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - C) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
 - D) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
25. Está previsto no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e pode ser considerado como provisões gratuitas implementadas em espécie ou pecúnia que visam cobrir necessidades temporárias em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias. Essa definição se refere ao
- A) Benefício de Prestação Continuada - BPC.
 - B) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.
 - C) Benefício Eventual.
 - D) Programa Bolsa Família.
26. O Artigo 35 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, ao dispor sobre o Estatuto do Idoso, prevê que “no caso de entidades filantrópicas, ou casa lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade”, sendo que “o Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista”. Essa forma de contribuição da pessoa idosa no custeio da entidade, obedece ao seguinte requisito:
- A) promover a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso.
 - B) oferecer o serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.
 - C) a contribuição não poderá exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou da assistência social percebido pelo idoso.
 - D) o benefício previdenciário ou da assistência social percebido pelo idoso deverá ficar totalmente à disposição da instituição e mais um completo financeiro pago por familiares, se for o caso.
27. Tem se tornado crescente a inserção do assistente social em espaços sócio-ocupacionais que exige a atuação com profissionais de outras áreas, requerendo uma intervenção multidisciplinar. Nesse contexto, é correto afirmar que
- A) o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.
 - B) a análise, a discussão e a conclusão das ocorrências são intervenções de natureza multiprofissional, não necessitando de manifestação individualizada do assistente social.
 - C) o assistente social não necessita, ao atuar em equipes multiprofissionais, garantir, a especificidade de sua área de atuação.
 - D) o entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção, em uma ação conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, não deve destacar a sua área de conhecimento separadamente.

28. Segundo Guerra (2009), “[...] garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, permitimos conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora—precondição para a construção de novas legitimidades profissionais.” A autora está se referindo a um elemento indispensável na atuação do assistente social:
- A) projeto.
 - B) planejamento.
 - C) pesquisa.
 - D) intervenção.
29. Segundo Baptista (2007), o planejamento tem uma dimensão política, pois se constitui de “um processo contínuo de tomadas decisões, inscritas nas relações de poder...” Essa autora afirma que, ao se pensar em planejamento, tradicionalmente, a ênfase era dada a alguns aspectos do planejamento em detrimento dos aspectos que envolvem a dimensão política. Tradicionalmente, os aspectos aos quais, se deu ênfase no planejamento foram os
- A) político-administrativos.
 - B) técnico-operativos.
 - C) teórico-políticos.
 - D) administrativo-teóricos.
30. No que se refere à avaliação de políticas, programas e projetos sociais, é importante destacar que as técnicas e os instrumentos de avaliação não são neutros. É importante também que não se confunda opções pessoais com resultados de pesquisa, conforme alerta Rico (1999). Segundo esse autor, para que não ocorra esse equívoco, é fundamental.
- A) o tipo de instrumento utilizado.
 - B) a neutralidade do avaliador.
 - C) os objetivos da pesquisa.
 - D) o uso adequado dos instrumentos de análise.